

UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

**PEDAGOGIA ONLINE**

**PROJETO INTEGRADO**  
**Educação e Sociedade – Aprendendo a Aprender**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
SETEMBRO, 2023



UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

**PEDAGOGIA ONLINE**

**PROJETO INTEGRADO**  
**Educação e Sociedade – Aprendendo a Aprender**

**Estudantes:**

Camila Costa Sousa, RA 1012023100565

Leticia Aparecida Porfírio, RA 1012023100515

Renata Moraes Corrêa de Oliveira, RA 1012023100568

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
SETEMBRO, 2023



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	8
3	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	9
4	CONCLUSÃO	10
	REFERÊNCIAS	11

# 1 INTRODUÇÃO

A contribuição da educação ao desenvolvimento humano é alcançada mediante um pressuposto: ter como meta a oferta de oportunidades de domínio de todos os recursos que permitem a todas as pessoas usufruírem de uma sociedade educativa, tal como preconizada no Relatório para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Assim, a educação brasileira está sendo beneficiada pelos avanços firmados, nas últimas décadas, desde o compromisso assumido na Carta Constitucional de 1988, na Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e, a Cultura (UNESCO) e na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional, em 1996.

É possível constatar que nas últimas duas décadas, ocorreram avanços consideráveis no acesso à educação em todos os níveis de ensino no Brasil. Esses avanços ampliaram e possibilitaram a efetivação de novas atitudes, tanto no que se refere à aprendizagem como a convivência e o desenvolvimento social, privilegiando os quatro pilares da Educação adotados pela UNESCO: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Nessa perspectiva, a criança precisa desenvolver essas inteligências, para conseguir resolver e elaborar problemas, com combinação organizada no seu cotidiano escolar e também fora dele. Mas, para isso, dependerá de estímulos externos que recebem do ambiente cultural, social, familiar e escolar no qual estão inseridas.

As famílias não são todas iguais, mas de uma maneira geral é uma forte reprodutora das normas e valores sociais. Na estrutura social a família tem a função de inserir o indivíduo na sociedade. A escola, ao lado da família, se torna responsável pela transmissão das normas e valores de caráter mais geral, necessárias à inserção do indivíduo na sociedade.

Cabe à escola por sua vez disponibilizar um ambiente educacional propício, com recursos materiais inovadores, com práticas pedagógicas pautadas em teorias e legislação. Mas, que incrementa os paradigmas educacionais, contextualizando com as necessidades do ser que está em formação na educação infantil, respeitando as diversas fases do desenvolvimento humano, abordado por Piaget (1986) e Vygotsky (1991), pois, cada criança aprende em seu tempo e ritmo próprio, não podemos homogeneizar a aprendizagem.

Esse modelo de escola deve propiciar aos seus alunos, além das aulas que constam no currículo escolar, oportunidades para aprender e desenvolver práticas que irão apoiá-los no planejamento e execução do seu Projeto de Vida.

Contudo, para embasarmos nosso estudo de caso, realizamos pesquisas bibliográficas que fortaleceram nossa base teórica para que discutiremos uma pedagogia que promovesse a reflexão e o debate da realidade educacional em que a diretora do nosso estudo de caso estava atuando.

A partir das análises bibliográficas sobre a temática e nossos conhecimentos adquiridos ao longo das leituras, temos por objetivos neste trabalho destacamos como problemas apresentados: nível muito abaixo do desejado na apreensão das habilidades e dos objetivos do conhecimento (conteúdos) pelos alunos do Ensino Fundamental anos iniciais; bem como um baixo crescimento do desenvolvimento da aprendizagem. Os relatórios dos professores que abordaram queixas quanto à falta de apoio das famílias desses alunos, na formação escolar das crianças. Procuramos elaborar pressupostos que orientassem a reflexão sobre as práticas dos professores numa realidade capitalista, a fim de transformar a educação em um instrumento mediador de libertação para uma consciência crítica.

O cenário tratado anteriormente aponta a necessidade premente de repensar o atual modelo de escola e redesenhar o papel que essa instituição deve ter para a vida e para o desenvolvimento do jovem do século XXI e a Carta da Terra pode ser um caminho de esperança nessa perspectiva transformadora.

## **2 OBJETIVOS**

- Verificar os princípios da Carta da Terra, relacionando-os ao caso apresentado.
- Pesquisar e relacionar os princípios da Alienação de Karl Marx ao estudo de caso.
- Utilizar os princípios da Educação do século XXI para modificar a situação apresentada no estudo de caso.
- Analisar os resultados obtidos no processo de ensino aprendizagem, relacionando-os ao caso apresentado.

### 3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Esse trabalho faz parte do Projeto Integrado (P.I) – Aprendendo a Aprender e as competências desenvolvidas pelas Unidades de Estudo, História da Educação e Pensamento Social e Educação.

O estudo de caso proposto nos traz o seguinte relato: A diretora de uma escola da rede pública de ensino estava analisando as informações dos resultados obtidos pelos alunos do segundo ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Ao verificar os relatórios de notas, ela constatou um nível muito abaixo do desejado na apreensão das habilidades e dos objetivos do conhecimento (conteúdos). Também identificou um baixo crescimento do desenvolvimento da aprendizagem. Os relatórios dos professores abordaram queixas quanto à falta de apoio das famílias desses alunos, na formação escolar das crianças.

Temos questões norteadoras para direcionar a pesquisa, dentre elas os princípios da Carta da Terra, Alienação segundo os princípios de Karl Marx, os Princípios da Educação no século XXI e para fechar analisarmos e dissertamos a respeito dos resultados obtidos.

A história da educação no Brasil começa com Jesuítas que se tornaram responsáveis por ensinar os preceitos da religião católica romana aos índios, com base na catequização, e também pela educação dos filhos dos colonizadores. A educação jesuíta plantou no país alguns aspectos sociais e culturais que marcaram a formação da sociedade brasileira.

Sem a concorrência do protestantismo e com as injunções políticas e econômicas da condição colonial, a educação jesuítica reproduziu no Brasil o espírito da Idade Média, com o aprisionamento do homem ao dogma da tradição escolástica, a sua submissão à autoridade e à rígida ordenação social, avesso ao livre exame e à experimentação. Em contraste, portanto, ao homem de livre-pensamento, de visão igualitária e espírito associativo, confiante no conhecimento como instrumento de transformação do mundo natural (OLIVEIRA, 2004, p. 946).

Os Jesuítas construíram um sistema único de ensino no país, como a mesma língua, visão de mundo, religião, etc. – qualquer pessoa no Brasil tinha acesso à mesma educação. Mas esse cenário começa a mudar com as reformas nos âmbitos econômico, administrativo e educacional realizadas pelo primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, em 1759. Essas reformas pretendiam recuperar a economia de Portugal e modernizar a sua cultura, tomando como exemplo a Inglaterra e por isso eles foram expulsos, acarretando na destruição do sistema único de educação no Brasil e na implantação de um sistema de aulas isoladas.

Na virada para os anos 1970, aconteceu um movimento, que ficou conhecido como a nova sociologia da educação. Este movimento passou a analisar, com um olhar mais apurado sobre o que ocorre dentro da escola, na política educacional e com o currículo escolar, foi, afinal, o que diferenciava os alunos, apesar de a escola ser pretensamente indiferenciada (MITRULIS, 1983). Segundo Oliveira e Araújo (2010), a maior parte do tempo de nossa vida nós passamos em grupo. A criança já nasce dentro de um grupo – grupo familiar – e a partir desse momento ela irá ampliando suas relações com o mundo, sempre se relacionando em grupos. Mesmo quando estamos sozinhos, nossa referência de valores e normas sociais advém dos grupos que internalizamos no decorrer de toda nossa vida.

Ainda segundo as mesmas autoras, a família é responsável pelo modelo que a criança terá em termos de conduta no desempenho de seus papéis sociais, das normas e valores que controlam tais papéis. Sendo assim é na família que a criança adquire a linguagem, condição básica para que ela entre no mundo. Com a linguagem a criança passa a ter um controle racional da realidade que, por sua vez, irá estruturar o seu psiquismo, dando significado aos seus sentimentos.

Oliveira e Araújo (2010) também deixam claro que as famílias não são todas iguais, mas que de uma maneira geral, a família é uma forte reprodutora das normas e valores sociais. Na estrutura social a família tem a função de inserir o indivíduo na sociedade. E por sua função ser estratégica para a sociedade, é exercido um grande controle para que ela cumpra adequadamente o seu papel. Dito de outra maneira, a família é controlada para poder controlar. Devido à complexidade da nossa sociedade, a família não dá conta de todo o processo de socialização sozinha. É nesse momento que a escola, ao lado da família, se torna responsável pela transmissão das normas e valores de caráter mais geral, necessárias à inserção do indivíduo na sociedade.

A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para se “construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas”. Para que isso ocorra de maneira global é preciso “assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial”.

Nesse aspecto concordamos com Biroli (2014) quando diz que “ só o acesso igualitário ao cuidado adequado na infância e, aos recursos da cultura e da educação no processo em que as crianças se desenvolvem, poderão produzir uma sociedade mais democrática e justa”.



A fala de Biroli se torna mais clara quando comparada com um dos princípios da Carta da Terra que diz “promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável”. Dentro desse contexto entendemos que promover justiça social significa, acima de tudo, explicitar valores sociais.

Outros autores também chegaram à mesma conclusão, ou seja, “a justiça social deve ser percebida como um meio de melhoria na vida da coletividade para ser socialmente aceita, ou seja, o benefício que for conferido a um indivíduo deve traduzir-se em melhoria da vida coletiva” (SILVA e SARRIERA, 2016).

Contudo, para que essas mudanças sejam alcançadas se faz necessário proporcionar uma formação educacional mais justa e igualitária. E nesse momento é preciso olhar para a história da educação no Brasil.

Perez (2010) ressalta “que a influência da escola deve ser compreendida à luz de sua evolução histórica”, pois a escola surgiu “como instituição destinada a instruir os educandos das classes sociais privilegiadas sendo, portanto, por um longo período, restrita a poucos”.

Segundo Bittar e Bittar (2012) no Brasil em 1931 a Reforma Francisco Campos determinou que o ensino secundário ficasse organizado em dois ciclos: o fundamental ( cinco anos) , e o complementar (dois anos). Já o “ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e tinha caráter altamente seletivo”. E foi justamente essa “seletividade e a dicotomia entre ensino profissional e secundário”, que mais uma vez os mesmos abastados foram excluídos e os filhos da elite favorecidos.

Peres (2016) afirma também que somente “com o processo de modernização da sociedade capitalista que a instituição escolar se torna acessível para a formação da população em geral”.

Para melhor elucidar nosso estudo de caso citaremos apenas algumas leis e decretos que auxiliaram na reforma do sistema educacional do nosso país.

Essa evolução se torna perceptível segundo o Ministério da Educação (MEC) com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que estabeleceu uma ampla reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro, dentre eles.

O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, instituiu no Brasil o sistema educacional de três graus. O ensino de primeiro grau era constituído pelo ensino primário de

quatro ou cinco anos, sendo obrigatório para crianças de 7 a 12 anos e gratuito nas escolas públicas. O ensino médio era destinado aos jovens de 12 anos ou mais.

A Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1966, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (primeira LDB). A mesma assegurou o direito à educação com recursos do Estado, determinou autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades autárquicas ou fundações. Graças a LDB houve a diminuição da centralização do MEC e os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia (MEC, 2020).

O Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964 criou o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), baseado no método Paulo Freire e o seu principal objetivo foi promover uma alfabetização em massa (MEC, 2020).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a chamada Nova LDB, cujo objetivo principal era proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades vocativas, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto também previa um currículo comum para o 1º e 2º graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais (MEC, 2020).

Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, deu início ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de ampliar a formação de professores da educação básica e, com isso, qualificar o ensino (MEC, 2020).

Em 2006 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que reúne, num só indicador, os resultados de dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O indicador mede a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelece metas para a melhoria do ensino (MEC, 2020).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi lançada em 2015, esse documento define o conjunto de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica (MEC, 2020).

Já o Programa Conta Pra Mim, lançado em 5 de dezembro de 2019, faz parte da Política Nacional de Alfabetização, visa estimular o desenvolvimento intelectual na primeira infância, por meio da leitura. (MEC, 2020).

E por fim o Programa Tempo de Aprender (Portaria Nº 280) de 18 de fevereiro de 2020 visa o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização aos professores e gestores escolares do último ano da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental (MEC, 2020).

Em novembro de 1993 foi criada a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, seu objetivo era refletir sobre a educação e o processo de aprendizado no século

XXI. O projeto foi financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa comissão definiu, como objetivo essencial da educação, a necessidade de fazer com que o ser humano se desenvolva na sua dimensão social (YOUNG DIGITAL PLANET, 2016).

Para atingir esse objetivo a comissão dividiu a educação em 4 pilares, sendo eles:

O primeiro pilar da educação, aprender a conhecer, diz respeito à compreensão e ao domínio de instrumentos do conhecimento. Esse pilar promove a autonomia, uma postura crítica por parte do aluno e mais atenta durante todo o processo de aprendizado. O pilar aprender a conhecer corresponde à habilidade de aprender a pensar e a formular conclusões mais críticas. Seu objetivo é incentivar o melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida (YOUNG DIGITAL PLANET, 2016).

O segundo pilar, aprender a fazer é a competência que torna o indivíduo capaz de aplicar os conhecimentos adquiridos. Isso significa estar apto para lidar com situações da vida profissional (fazer escolhas), trabalho em equipe, desenvolvimento corporativo (pensar criticamente) e valores necessários para cada trabalho (YOUNG DIGITAL PLANET, 2016).

O terceiro pilar envolve a compreensão do outro e a percepção dos objetivos comuns, aprender a conviver é essencial à vida humana. Incentiva o respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da resolução pacífica de conflitos. Esse pilar proporciona a construção de laços afetivos, fortalece a empatia e melhora a vida social (YOUNG DIGITAL PLANET, 2016).

O último dos pilares da educação da UNESCO está relacionado ao desenvolvimento assertivo da personalidade do indivíduo, para que suas ações tenham um nível cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Vai estimular o desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa. Por outro lado, para que isso ocorra é preciso que as descobertas e experimentações culturais, sociais, artísticas, desportivas, científicas e estéticas sejam incentivadas (YOUNG DIGITAL PLANET, 2016).

Para melhor compreendermos os pilares da educação acima citados precisamos recorrer ao processo de alienação de Karl Marx, que tem sua origem na divisão do trabalho. “É a partir desta perspectiva que a especialização do trabalho realizado pelo professor e aluno pode ser compreendida” (SILVA, 2005).

Silva (2005) afirma “que professores e alunos, no interior da ordem capitalista, são considerados em termos daquilo que podem produzir, e, portanto, as produções consideradas como valiosas são aquelas que podem ser avaliadas com facilidade”.

Marx formulou sua concepção educacional baseada na escolaridade e trabalho. Para Marx somente a educação aliada à uma prática social seria possível para auxiliar na formação de um indivíduo mais consciente das suas potencialidades históricas (SILVA, 2005).

Segundo Silva (2005), a partir da Revolução Industrial ocorreu também o avanço tecnológico e com ele a necessidade da qualificação profissional dos trabalhadores. Nessa época a escola pública era “uma legítima filha do tecido societário burguês”, possibilitava apenas “a capacidade de ler, escrever e efetuar as quatro operações matemáticas”. “Eis aí, portanto, a proposta mínima de educação tornada possível, pela sociedade burguesa, aos trabalhadores fabris”.

Para Sala (2018) o acesso à educação foi garantido aos trabalhadores não por uma questão de direitos, mas sim pela necessidade de obtenção de uma mão de obra adequada para o novo tipo de produção.

Sala (2018) ressalta que a educação ainda hoje se mantém articulada de maneira direta ou indireta ligada aos interesses do capitalismo. E que no processo educativo ocorre-se a mesma divisão que pode ser percebida da seguinte maneira: o saber técnico (operacional) continua direcionado aos trabalhadores e o saber científico (teórico), por sua vez, direcionado a classe economicamente dominante.

Diante dos argumentos acima citados, chegamos à construção de um projeto de vida que vai nortear o indivíduo em sua adaptação ativa à realidade, que vai ocorrer através de sua inserção ou na sua preparação para entrar no mundo do trabalho. É nesse período também que ocorre um equilíbrio entre o real e os ideais de cada pessoa, isto é, de revolucionário no plano das ideias, ele torna-se transformador, no plano de ação. Vale ressaltar que hoje em dia em muitas famílias ocorre a prorrogação do período de adolescência. Os filhos estão dependentes dos pais por mais tempo, isso por sua vez, demora um pouco mais para o adolescente se tornar socialmente produtivo.

Quando relacionados ao nosso estudo de caso, concordamos com os autores que reforçam que confere à família não só a socialização, mas também o caráter educacional das crianças. Bem como a relação entre a escola e a família caracteriza-se por desafios e perspectivas que precisam ser superadas (CALADO, 2020).

Para Calado (2020) “quando a escola se aproxima da família e a família do processo educativo” é possível observar um melhor aproveitamento por parte dos alunos, mas “quando

esse envolvimento parental na escola é baixo, corre-se sério risco de abandono e fracasso escolar”.

Dentre as soluções apresentadas a autora faz questionamentos que suscitam a identificação dos motivos que levam a família a não apresentar interesse pela vida escolar dos seus filhos”. E como solução sugere ocorra um “estritamento de laços” entre essas duas agências socializadoras, família/escola. Essa aproximação iria contribuir para o processo ensino-aprendizagem, além de ajudar na promoção da autonomia do educando e contribuir para sua inserção “dentro do contexto sociocultural, econômico e político”.

E por fim, por meio de uma leitura mais crítica a Carta da Terra pode ser vista como instrumento de luta contra uma educação tradicionalista no seio de uma sociedade desigual e supressora.

## 4 CONCLUSÃO

Percebemos que nos primeiros anos de vida confere à família não só a socialização, mas também o caráter educacional das crianças. Bem como a relação entre a escola e a família caracteriza-se por desafios e perspectivas que precisam ser superadas (CALADO, 2020).

Para Calado (2020) “quando a escola se aproxima da família e a família do processo educativo” é possível observar um melhor aproveitamento por parte dos alunos, mas “quando esse envolvimento parental na escola é baixo, corre-se sério risco de abandono e fracasso escolar”.

Por tanto, no ambiente escolar o objetivo maior é a aprendizagem, onde o educando tenha motivação para descobrir o verdadeiro sentido da vivência escolar, aprendendo uma relação comum e mútua entre alunos e professores, e os conhecimentos ali apresentados. O professor deve descobrir estratégias, recursos para fazer com que o aluno queira aprender, motivá-lo. A aprendizagem também é motivação, assim o professor deve fornecer sempre ao aluno o conhecimento de seus avanços, captando assim a atenção do mesmo.

É de suma importância suscitar e identificar os “motivos que levam a família a não apresentar interesse pela vida escolar dos seus filhos”. Bem um estreitar os laços entre família e escola. Essa aproximação iria contribuir para o processo ensino-aprendizagem, além de ajudar na promoção da autonomia do educando e contribuir para sua inserção dentro do contexto sociocultural, econômico e político.

Precisamos compreender que a educação e desenvolvimento social sofrem embates e são afetados por diferentes problemas. A Constituição brasileira tem como prerrogativa promover o bem estar de todos, sem distinção e garante o desenvolvimento social integral.

Para que isso ocorra é fundamental que a política educativa seja multifacetada, tendo a capacidade de integrar, principalmente, os grupos sociais minoritários e incentivar o respeito à diversidade (YOUNG DIGITAL PLANET, 2016).

Para alcançar os objetivos, a área da educação também precisou evoluir. Ela lançou mãos de novas estratégias como a criação de documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica, do programa que reúne uma série de materiais para orientar e estimular os pais a incorporar as práticas de literacia familiar, uma técnica aplicada no dia a dia na convivência entre pais e filhos. E também de um programa que traça um plano estratégico para corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização no país. Sem falar é claro, na implementação realizada por meio da adesão de estados, municípios e Distrito Federal (MEC, 2020).

É justamente nesse bojo que a Carta da Terra se torna um convite às pessoas, instituições e comunidades para que seja realizada uma reflexão interna sobre as atitudes fundamentais e valores éticos que dirigem nosso comportamento. A Carta Terra, ao estabelecer um pacto de cuidado com a Terra, promovendo os direitos humanos, a justiça social e econômica para uma civilização sustentável, constitui-se como importante referência para a construção do currículo escolar, visando à práxis que é, em si, transformadora.

Campos (2021) alerta que a Carta da Terra pode ser um caminho de esperança nessa perspectiva transformadora. Embora tenha sido publicada a mais de duas décadas, “ainda não é conhecida integralmente pela população geral, nem mesmo no campo educacional, e não se tornou política pública”.

De maneira geral podemos concluir que a alfabetização é essencial para uma sociedade, pois segundo a UNESCO uma pessoa pode ser impactada positiva ou negativamente pela educação muito mesmo antes de nascer. Também é perceptível que a educação ajuda na superação das desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

Lopes, J. G . D. Realidade Socioeconômica e Política Brasileira.

MITRULIS, E. Educação e currículo: promessas e contribuições da nova sociologia da educação. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 93-106, 1983.

OLIVEIRA, M. M. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em: . Acesso em: 17 agosto de 2023.

BIROLI, F. Família: novos conceitos / Flávia Biroli. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 86 p. ; 18 cm – (Coleção o que saber ; 5)

Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>. Acesso em 18 ago.2023

BITTAR, M.; BITTAR, M. <b>História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade</b>; - doi: 10.4025/actascieduc.v34i2.17497. Acta Scientiarum. Education, v. 34, n. 2, p. 157-168, 16 ago. 2012.

BRASIL. Educação no Século 21 : tendências, ferramentas e projetos para inspirar / [organizador Young Digital Planet ; tradução Danielle Mendes Sales]. – São Paulo : Fundação Santillana, 2016. Disponível em: [https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Educacao\\_Sec21.pdf](https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Educacao_Sec21.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação: Conheça a história da educação brasileira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

CALADO, A.C.A. O papel da família no acompanhamento da vida escolar dos filhos. Revista Educação Pública, v.20, n. 39,13 de out .2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/39/o-papel-da-familia-no-acompanhamento-da-vida-escolar-dos-filhos>.

CAMPOS, E. F. E. BNCC e a Carta da Terra: análise dos discursos dissonantes a partir do pensamento de Paulo Freire. Revista de Educação Popular, Uberlândia, p. 148–169, 2021. DOI: 10.14393/REP-2021-62350. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/62350>. Acesso em: 18 ago. 2023.

OLIVEIRA, C.B.E. DE; MARINHO-ARAÚJO, C.M.. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 27, n.1, p.99-108, jan.2010.



PEREZ, M. C. A. Família e escola na contemporaneidade: fenômeno social. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 4, n. 3, p. 372–387, 2010. DOI: 10.21723/riace.v4i3.2763. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2763>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PORTAL CARTA DA TERRA BRASIL. A Carta da Terra em Ação. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/index.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SILVA, C.L.; SARRIERA, J.C..Promover a justiça social: compromissos éticos para relações comunitárias. Psicologia & Sociedade, v.28, n.2, p.380-386, maio de 2016.

*SILVA; J.C. Educação e alienação em Marx: Contribuições teórico- metodológicas para pensar a história da educação. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p.101-110, set. 2005- ISSN: 1676-2584.*

*SALA, M. Alienação e emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar, Capítulo 5. MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.*

Disponível em:

<https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/FORMA%C3%87%C3%83O-DE-PROFESSORES-LIMITES-CONTEMPORANEOS.pdf>